



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022 / PMTM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2022

Entidades envolvidas:

- ☒ **Município de Treze de Maio – “Prefeitura”**, CNPJ: 82.928.672/0001-26;
- ☐ **Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ: 10.698.251/0001-45;
- ☐ **Fundo Municipal de Assistência Social**, CNPJ: 12.489.912/0001-58.

O **Município de Treze de Maio / SC**, por intermédio do Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados pela **Portaria Nº 02/2022**, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e demais normas, inclusive municipais, conforme descrição abaixo.

DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL DO PREGÃO (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Data da Sessão Pública Virtual: dia **22/07/2022**, com início às **08:30** horas.

Apresentação das propostas: até **01 (um) minuto** antes do início da sessão.

Local: <https://bllcompras.com>

Forma de Julgamento: Menor **Preço por item**.

Expediente do Órgão: Seg. a Sexta-feira das **08:00 às 12:00** e das **13:00 às 17:00** horas.

Endereço do Órgão/Setor de licitações: Centro Administrativo Municipal Prefeito Luiz Nandi (Prefeitura Municipal), sito à Av. 7 de Setembro, 20, bairro Centro, cidade de Treze de Maio / SC, CEP: 88.710-000.

Contatos para suporte dos licitantes junto a plataforma **BLL: (41) 3097-4600** (telefone/whatsapp) e pelo e-mail contato@bll.org.br.

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de 1 (um) caminhão com caçamba basculante, novo, para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e viação.**

1.2. As especificações do objeto da presente licitação estão descritas no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública virtual, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões**.

2.2. A utilização do sistema de pregão eletrônico da **Bolsa de Licitações e Leilões** está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do artigo 2º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, assim como o Art. 2º, II da instrução normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Treze de Maio, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (<https://bllcompras.com>).

2.4. O presente Edital se submete integralmente na legislação mencionada no seu preâmbulo, especialmente na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, atendendo a prioridade para a microempresa e empresa de pequeno porte, para efeito do desempate quando verificado ao final da fase de lances.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que seus objetos contratuais sejam compatíveis com o objeto licitado e que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

3.2. Não será admitida a participação neste processo de licitante:

3.2.1. que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;

3.2.2. que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou que esteja com o direito de participar de licitações suspenso no Município de Treze de Maio / SC;

3.2.3. Empresas entre cujos sócios, dirigentes ou administradores, haja algum servidor ou dirigente do Município de Treze de Maio / SC, ou cujos sócios, dirigentes ou administradores pertençam, simultaneamente, a mais de um licitante;

3.2.4. em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.5. estrangeiras que não funcionem no País.

3.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**, até o horário fixado para o recebimento das propostas.

3.4. O procedimento de cadastramento do licitante junto a plataforma deverá ser realizado diretamente com a **Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**.

3.4.1. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a **Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da **Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**.

3.5. As especificações do objeto ofertado nesta licitação deverão estar em conformidade com o edital.

3.6. Caso haja necessidade, e havendo convocação por parte do Pregoeiro, os documentos relativos à habilitação e a proposta deverão ser encaminhados em **original, cópia autenticada em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação por funcionário do setor de licitações**, por via postal ou presencialmente, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da solicitação feita no chat de mensagens, devendo ser entregues no endereço descrito no **preambulo** deste Edital.

3.6.1. A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora e a proposta readequada farão parte dos autos deste processo e não serão devolvidos ao licitante.

3.6.2. O não cumprimento por parte do licitante do envio dos documentos de habilitação e proposta readequada, na forma e prazos acima estabelecidos, acarretará nas penalidades previstas deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que estiver posicionada na classificação subsequente da oferta de lances.

3.7. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DO ACESSO AO EDITAL E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Este Edital estará disponível no site <https://www.trezedemaio.sc.gov.br>, no site <https://bllcompras.com>, assim como pode ser obtido através de solicitação pelo e-mail licitacao@trezedemaio.sc.gov.br ou presencialmente no endereço indicado no **preambulo** deste edital.

4.2. O credenciamento é feito diretamente com a **Bolsa de Licitações e Leilões - BLL**.

4.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação de documentação para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da **proposta inicial** de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade de desempate e demais benefícios da LC 123/2006.

5. DA CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1. O sistema está configurado para realizar todas as etapas do processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, compreendendo a publicação do edital, credenciamento dos participantes, recebimento de propostas, abertura e exame das propostas apresentadas, lances, desempate para ME/EPP, classificação e aceitação do melhor lance, julgamento de habilitação, declaração do vencedor, recebimento de recursos, adjudicação e homologação do objeto e ata eletrônica.

5.2. O presente processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico será conduzido por pregoeiro do **Município**, com o auxílio da equipe de apoio, com as seguintes atribuições:



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

- 5.2.1. conduzir a sessão pública;
- 5.2.2. receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- 5.2.3. verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 5.2.4. coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 5.2.5. verificar e julgar as condições de habilitação;
- 5.2.6. sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 5.2.7. receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 5.2.8. indicar o vencedor do certame;
- 5.2.9. adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 5.2.10. conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- 5.2.11. encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Após a divulgação do Edital os licitantes poderão encaminhar propostas, aceitando o atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.2. Os licitantes deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, quando então, encerra-se automaticamente, a etapa de envio dessa documentação, de acordo com Art. 26. decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, "Decreto Federal".

6.3. A proposta descrita no item **6.2** refere-se a proposta inicial e basta sua inclusão via sistema, não sendo necessário o envio da mesma por escrito.

6.4. A habilitação deverá ser anexada ao sistema na íntegra, também conforme item **6.2**, sendo o rol de documentos exigidos para habilitação constante no **Anexo II** deste edital.

6.5. O encaminhamento e participação nesse processo licitatório, na modalidade de pregão eletrônico se darão por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços e lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horários estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

6.6. O preenchimento da proposta eletrônica deverá conter as especificações e as **marcas** do objeto ofertado.

6.6.1. No caso de itens referentes a **prestação de serviços**, caso omissa a discriminação da marca, não causará desclassificação.

6.7. A proposta deverá obrigatoriamente obedecer toda a descrição **COMPLETA** de cada item constante no **Anexo I - Termo de Referência**, podendo a mesma ser cotada apenas na forma **resumida**, como consta no próprio sistema BLL, neste caso pressupõe-se que o licitante leu e concordou com toda a descrição **COMPLETA** constante em cada item no Anexo I – Termo de Referência.

6.7.1. Para informar a descrição completa de cada item, haverá campo próprio no sistema para fazê-lo.

6.7.2. Qualquer divergência na descrição de itens entre o edital e a plataforma BLL, prevalece a do Edital e, divergências na quantidade ou preços entre o edital e a plataforma BLL, prevalece a da plataforma BLL.

6.7.3. Quando se tratar de licitação com julgamento por **lote ou global**, a não inclusão do preço unitário ou marca em qualquer dos itens que compõe o lote, ou em qualquer dos itens da planilha no caso de julgamento global, acarretará em desclassificação total do lote ou, no caso de preço global, de toda a proposta.

6.8. O licitante poderá informar o prazo de validade de sua proposta obedecendo ao prazo mínimo estabelecido no **ANEXO I – Termo de Referência** e, caso não informe ou informe um prazo menor, será considerado o prazo constante no Termo de Referência como sendo o de sua proposta.

6.9. O licitante se responsabiliza pelos preços propostos, reconhecendo os direitos da administração e declarando ciência sobre o período de vigência contratual, sabendo que somente serão reajustados os valores modificados por causas imprevisíveis.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

6.10. Ficam sujeitas às penalidades cabíveis aos licitantes que ofertarem preços impraticáveis e em que se verifique a intenção de atrasar o processo ou causar prejuízos à administração em decorrência de propostas infundadas.

6.11. O desatendimento as exigências de algum item da "Proposta de Preços", se simplesmente formal, sem que interfira e ainda preserve a competitividade do certame, bem como no sigilo das propostas e o interesse público, em ato fundamentado, poderá ser relevado.

6.12. O licitante será o único responsável por todas as informações digitadas na proposta conforme objeto deste edital.

6.13. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da sua senha de participação neste processo, não cabendo ao **Município** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da respectiva senha, ainda que por terceiros, bem como assume como verdadeiras as suas transações, sua proposta e lances ofertados.

6.14. O licitante deverá computar na sua proposta todos os custos básicos diretos, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto, bem com frete, combustível, embalagens e quaisquer outros para à plena e perfeita execução do fornecimento do objeto licitado durante a vigência do contrato.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Após o horário final previsto para o envio da proposta inicial de preço, terá início à Sessão Pública virtual, com a classificação automática das propostas de preços recebidas pelo sistema, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das respectivas propostas inicialmente cadastradas no sistema.

7.1.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

7.2. Após avaliação e aceitação destas propostas, inicia-se a etapa competitiva de lances, quando os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.4. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.5. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu próprio último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido registrado no sistema.

7.6. O pregoeiro colocará quantos itens/lotos entender necessário em disputa, simultaneamente.

7.7. A disputa estendida em um item/lote não impede o fechamento dos demais e nem a abertura de novos itens/lotos para disputa, devendo o licitante acompanhar o tempo restante individual de cada item/lote que lhe interessar. Ou seja, não é condição para a abertura ou fechamento dos itens/lotos subsequentes, a finalização dos anteriores.

7.8. Caberá ao licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública virtual, **ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.**

7.9. No caso de **desconexão do Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva deste processo, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível ao licitante para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão persistir **por tempo superior a dez minutos**, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos licitantes, através de **mensagem de (chat) ou e-mail** divulgando data e hora da reabertura da sessão, sendo no **mínimo 24 (vinte e quatro)** horas após a comunicação.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12. A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até dez minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um **lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

7.13.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.17. Após a apresentação da proposta **não cabe desistência**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.17.1 Os pedidos de cancelamento de lance por erro de digitação só serão aceitos após analisado caso a caso e, SOMENTE quando solicitados durante a etapa de lances, onde os licitantes ainda não são identificados.

7.17.2. O tempo restante para efetuar cada lance no modo “aberto” e na etapa aberta do modo “aberto e fechado” é conhecido pelo licitante e caso for solicitado cancelamento de lance na forma acima especificada, o pedido deverá ser feito até 1 (um) minuto antes do término, após este período também poderá ser solicitado cancelamento, mas pode não haver tempo hábil para o pregoeiro proceder o cancelamento do lance, já que se trata de rotina manual no sistema.

7.17.3. Vale lembrar que a apresentação de proposta ou lance no sistema é de exclusiva responsabilidade do licitante, mesmo se digitada incorretamente.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

8.1. Não será necessário envio da proposta de preços readequada, a não ser que seja solicitado pelo pregoeiro, sendo que será considerada como proposta final do licitante aquela constante no sistema **após a etapa de negociação da proposta, ou da etapa de lances caso não haja negociação**.

8.2. Poderão ser solicitados documentos complementares a proposta caso o pregoeiro julgue necessário, dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, onde os mesmos deverão ser apresentados diretamente no sistema em “documentos complementares” no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, sob pena de não aceitação da proposta caso não enviado. Este prazo poderá ser maior caso determinado pelo pregoeiro através de mensagem no chat.

8.3. Ressalta-se que no caso de houver lote ou preço global a readequação do valor inicial em relação ao valor final deverá ocorrer sendo utilizado um desconto proporcional ponderado a cada item, a fim de que este tenha em seu valor unitário o desconto compatível com a oferta global final.

8.4. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8.5. Serão rejeitadas as propostas que:

8.5.1. Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado, ou manifestamente com preços inexequíveis;

8.5.2. Não atendam a descrição dos itens e exigências constantes no **Anexo I – Termo de Referência**.

8.6. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

9.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor preço por item/lote ou global**, conforme descrito no **preambulo** deste Edital, observado o prazo para fornecimento e demais especificações definidas nos **Anexos I e II** deste Edital.

9.2. O Pregoeiro anunciará o vencedor e detentor da melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública virtual ou, quando for o caso, após negociação para que seja obtido melhor preço e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

9.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não forem aceitáveis ou se o licitante desatender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda ao Edital. Nessa etapa, o Pregoeiro também poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.4. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço apresentada e o valor estimado para a contratação.

9.5. Constatando que a proposta atendeu todas as exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado à autora da melhor proposta.

9.6. Deverá ser observado o **Termo de Referência – Anexo I deste edital**, pois lá poderão constar mais detalhes sobre o critério de julgamento em específico ao objeto ora licitado.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Os pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos/contrarrrazões poderão ser protocolados a qualquer horário na plataforma, mesmo fora do horário de expediente deste órgão, com exceção do último dia do prazo legal.

10.1.1. Serão considerados intempestivos protocolos realizados no último dia do prazo legal caso realizados após o final do horário de expediente deste órgão, constante no preâmbulo do edital.

10.2. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a realização da Sessão Eletrônica do Pregão, exclusivamente na Plataforma BLL, onde a petição será decidida em até **2 (dois) dias úteis** e a decisão constará anexada ao sistema.

10.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes.

10.4. A apresentação das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

10.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, ou que não tenha sido protocolada na plataforma BLL.

10.6. Declarado o vencedor, o licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo, por meio do seu representante, manifestando sua intenção com registro da SÍNTESE das suas razões em um período de tempo de **15 (quinze) minutos**, exclusivamente na plataforma BLL, na aba “Manifestação de recursos”.

10.6.1. A falta de manifestação motivada e dentro do prazo na plataforma BLL, importará a preclusão do direito de recurso.

10.7. O licitante que teve sua intenção de recorrer deferida, deverá juntar as RAZÕES do recurso no prazo de **3 (três) dias**. Os demais licitantes ficam desde já intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrrazões, no prazo de **3 (três) dias**, contados do final do prazo do recorrente.

10.7.1. Tanto as razões dos recursos quanto as contrarrrazões deverão ser apresentadas exclusivamente na plataforma BLL, respectivamente nas abas “interposição de recursos” e “recepção de contra razão”.

10.7.2. Não será considerado recurso/contrarrrazão quando anexado em “documentos complementares” ou local diferente do exigido acima, mesmo se feito no prazo, salvo se expressamente autorizado pelo pregoeiro.

10.7.3. Caso o licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso, ou seja, poderá não ser julgado recurso apenas com base na SÍNTESE de suas razões.

10.8. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

10.9. O acolhimento de recurso administrativo importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Quando os assuntos tanto dos esclarecimentos/impugnações quanto dos recursos forem de natureza técnica ou exigências constantes no termo de referência, como descrições de itens, por exemplo, o assunto será direcionado a área requisitante da licitação, responsável pela formulação do termo.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

10.11. No transcorrer do prazo para abertura da sessão de julgamento, poderá(ão) ser excluído(s) algum(ns) item(ns) que apresentem qualquer irregularidade e possam ferir o caráter competitivo deste certame.

11. DA ATA E RELATÓRIOS DESCRITIVOS DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL

11.1. Da sessão, o sistema de pregão eletrônico da **Bolsa de Licitações e Leilões - BLL** gerará ata circunstanciada e relatório descritivo da Sessão Pública virtual, individualmente por lote/global ou item negociado, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, **preferencialmente de modo eletrônico via e-mail com assinatura digital**.

12.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao licitante adjudicado, implica no reconhecimento de que:

12.2.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o **contrato ou documento equivalente** dentro do prazo ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas nesta Edital;

12.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

12.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

12.6. Na formalização do contrato ou documento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, além de verificada a idoneidade da empresa através de consulta consolidada junto ao TCU em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

12.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, documento equivalente ou a ata de registro de preços, assim como constar como inidôneo para contratar, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou documento equivalente.

12.8. É facultada ao Município de Treze de Maio, quando a convocada não assinar o CONTRATO ou equivalente, no prazo e condições estabelecidos neste Edital, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem e classificação, para fazê-lo em igual prazo, pelo preço proposto na sessão de lances, ou ainda, revogar o Pregão, não se aplicando, no entanto, caso os demais convocados não aceitem assinar a ata, as penalidades mencionadas no subitem anterior.

12.9. A autoridade competente poderá, até a assinatura do CONTRATO, desclassificar o licitante vencedor, por despacho fundamentado sem direito a indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, quando ao Município, tiver notícia de qualquer fato ou circunstância, ou ainda, falsidade documental anterior ou posterior ao julgamento da presente licitação, que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa do licitante, assegurada a ampla defesa, nos termos do art. 48 da Lei 8.666/93.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fatos supervenientes devidamente comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

13.2. O município poderá, ainda, prorrogar a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

13.4. O licitante é responsável administrativa, civil e criminalmente por todas as informações e documentos apresentados.

13.5. O licitante intimado para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.7. As normas que disciplinam este processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da administração, o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.8. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.9. O presente Edital foi previamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do Município, constante de parecer que se encontra anexo ao processo.

13.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

13.11. As informações complementares não formais a respeito deste Edital poderão ser obtidos pelo **telefone (48) 3625 2100 ou presencialmente** no endereço do órgão constante no preâmbulo deste edital.

13.11.1. Quando os assuntos forem de natureza técnica ou exigências constantes no termo de referência, como descrições de itens, por exemplo, o assunto será direcionado para a área requisitante da licitação.

13.12. Não cabe à **Bolsa de Licitações e Leilões - BLL** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelos licitantes para com o município, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

13.13. É DEVER do bom licitante acompanhar no portal da transparência em <https://www.trezedemaio.sc.gov.br/> e no site da BLL em <https://bllcompras.com> a tramitação do processo e ficar a par dos atos cometidos, dos avisos contidos, sobretudo os avisos de alteração de edital e alteração na data de abertura da licitação, etc, além das publicações legais na imprensa oficial.

13.13.1. RECOMENDA-SE a todos os licitantes, no dia anterior a abertura da seção visualizar o portal e verificar ao menos se houve alteração no edital ou no prazo de abertura da seção, além de verificar as atas das seções ocorridas caso o licitante esteve ausente.

13.14. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Legislação Vigente.

13.15. O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta licitação é o da Comarca de Jaguaruna / SC.

13.16. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

13.16.1. **Anexo I** – Termo de Referência;

13.16.2. **Anexo II** – Habilitação;

13.16.3. **Anexo III** - Modelo de Declaração UNIFICADA;

13.16.7. **Anexo IV** - Minuta de Contrato.

Treze de Maio / SC, **08 de julho** de 2022.

Jailso Bardini
Prefeito Municipal



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. **Aquisição de 1 (um) caminhão com caçamba basculante, novo, para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e viação**, conforme especificações e condições deste Termo de Referência.

1.2. Contratação até **31/12/2022** com previsão de renovação utilizando-se o **INPC/IBGE** acumulado no período.

1.3. Os recursos utilizados para pagamento desta contratação são todos oriundos de **recursos próprios municipais**.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A compra do veículo visa atender as necessidades da secretaria de obras e viação para a execução de suas tarefas diárias na execução de obras diversas como para atendimento a população.

2.2. A distância exigida de assistência técnica autorizada até uma distância de 50 km da garagem municipal se dá pelo fato da administração não ter que se deslocar grandes distâncias para realizar um simples serviço ou uma revisão por exemplo, assim sendo, não precisando onerar o município excessivamente. Atualmente, a esta distância já existe assistência técnica autorizada de quase todas as marcas, senão de todas as marcas comercializados no país, não afastando a mais ampla e irrestrita concorrência.

3. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas do presente edital serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Rubrica Orçamentária	Cód.	Tipo	Valor Previsto (R\$)	
			Até 31/12	Total
06.02.1.013.4.4.90.52.00.00.00.00.0.01.89	240	Equipamentos	553.000,00	553.000,00

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E ORÇAMENTO

4.1. O valor unitário estimado do objeto foi calculado com base em pesquisa de mercado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	UN	Quant.	P. Unit (R\$)	P. Total
1	Caminhão Zero Km, com cabine basculante, na cor branca, 4x2, motor de no mínimo 04 cilindros, potência mínima de 184 HP (CV), turbo, intercooler, direção hidráulica ou superior, sistema de ar condicionado de fábrica, equipado com freio motor, freios ABS, banco do motorista com suspensão a ar, computador de bordo, caixa de câmbio de no mínimo 06 marchas a frente e 01 a ré, diferencial com dupla redução (reduzido), capacidade de carga mínima de 10.000 kg, PBT (Peso Bruto Total) mínimo de 16.000 kg, CMT (Capacidade Máxima de Tração) mínima de 27.000 kg, chassi reforçado, eixo traseiro com rodados duplos, e demais equipamentos obrigatórios para transportes urbanos e rodoviários. Pneus traseiros borrachudos com rodas aros 7,50 X 22,5, pneus 275/80 R 22,5, radiais sem câmara. Caçamba basculante na cor branca de 6m³, nova, com fominha p/ 8m³, fabricada em chapa no fundo da caçamba de no mínimo 6,3mm e laterais mínimo 4,75mm, escada lateral, suporte para pá, porta traseira padrão e com abertura lateral, e sistema para lastro, com cilindro(s) de ação direta, (de baixo da caçamba) bomba hidráulica, tomada de força (acoplada a bomba), reservatório de óleo, mangueiras e conexões, para-choques traseiro conforme norma do CONTRAN, protetor lateral conforme res. 323/2009, para-lamas em chapa de aço, para-barros traseiros, caixa de ferramentais, corote d'água, pintura na cor do veículo. O caminhão deverá ser entregue com a caçamba basculante devidamente instalada e em funcionamento.	UN	1	553.000,00	553.000,00
TOTAL					553.000,00



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

4.2. A cotação de preços deverá ser feita com no máximo de **02 (duas) casas** decimais em seus valores unitários.

4.3. A validade da proposta será de no mínimo **90 (noventa)** dias, contados a partir da data da sessão pública deste processo.

4.4. O fornecimento do objeto licitado será efetivado conforme a necessidade da secretaria solicitante, de forma única.

4.5. Os equipamentos deverão ser, necessariamente, novos e em perfeito estado, sem quaisquer vícios que possam comprometer seu funcionamento, não sendo permitida a entrega com avarias, baques ou qualquer outra alteração na estrutura diversa do exigido por este termo.

4.6. As despesas decorrentes da entrega, incluindo transporte, fretes, carga e descarga, montagem e instalação, treinamento de operadores, bem como encargos sociais e trabalhistas correrão por conta do licitante vencedor.

4.7. O licitante deverá indicar concessionária autorizada da marca na região, até um raio máximo de 50 km de distância por vias de deslocamento terrestre (estradas, ruas, etc) a partir da garagem municipal, sito a Rua Otávio Rechia, S/N, Centro, Treze de Maio / SC, CEP: 88.710-000 (ao lado do posto de saúde), com venda de produtos, peças e serviços.

4.8. O prazo de garantia de fábrica do objeto deverá ser de no **mínimo 36 (trinta e seis) meses ou até o veículo atingir 100.000 km** a contar da data de entrega do mesmo (caso não conste na proposta será considerado esta garantia).

4.9. Não será permitido fornecimento que não for acompanhado da Autorização de Fornecimento e a Administração Municipal não se responsabilizará por despesas que não atenderem esta exigência.

4.10. O fornecimento do objeto licitado em desacordo certame não será aceito e, deverá esta substituí-los e repará-los, imediatamente e sem qualquer custo adicional.

5. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

5.1. Não serão exigida amostras para participação neste processo.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

6.1. Proceder a entrega do objeto dentro das condições e preços ajustados em sua proposta e nos prazos previstos no procedimento licitatório;

6.2. Encaminhar a Nota Fiscal no ato da entrega do objeto a fim de efetivação do pagamento devido;

6.3. Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

6.4. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Treze de Maio;

6.5. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Município de Treze de Maio / SC.

6.6. Informar o município qualquer alteração no número de telefone, fax, endereço e/ou e-mail para contato.

6.7. Executar as entregas de materiais/serviços obedecendo todo o exigido no edital de licitação, sobretudo em seu termo de referência.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. Convocar o licitante vencedor, para assinar termo de contrato ou documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada, bem como aos empregados responsáveis pela entrega do objeto, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa a ser contratada, toda e qualquer irregularidade constatada no recebimento do objeto;

7.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

7.6. Providenciar as publicações legais exigidas em lei para todos os atos referentes ao processo licitatório.

8. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

8.1. Os pedidos serão realizados pelo Município através da secretaria responsável por meio de **Autorização de Fornecimento - AF**, cuja emissão se dará conforme a necessidade, **encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor**.

8.2. A entrega do objeto deste edital deverá ser feita no prazo máximo de **90 (noventa) dias** a partir da data de recebimento da autorização de fornecimento, **na garagem municipal, sito à Rua Otávio Rechia, S/N, Centro, Treze de Maio / SC, CEP: 88.710-000 (ao lado do posto de saúde)**.

8.3. Todos os materiais/serviços deverão ser entregues/realizados **DURANTE A SEMANA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA**, durante o período de expediente, salvo quando autorizado previamente pela secretaria solicitante entrega em horário distinto.

8.4. Caso as especificações dos materiais/serviços entregues não sejam compatíveis com as constantes no Edital ou com as amostras apresentadas (se solicitada), a empresa terá o prazo máximo de **7 (sete) dias** para reparação das incorreções. Continuando a apresentar materiais/serviços que não estejam em conformidade, ou não realizar a retificação no tempo referido, com as especificações previstas no Termo de Referência do Edital, o fato será considerado como inexecução total, gerando rescisão da contratação com a consequente aplicação das penalidades previstas em lei e no edital.

8.5. Na hipótese do **Item 8.4** deste termo, é facultada à administração convocar o licitante classificado em segundo lugar para, se quiser, fornecer os bens pelo preço do primeira colocado.

8.6. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem incorreções.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, por crédito bancário, devendo o licitante vencedor constar na nota fiscal correspondente, **número da autorização de fornecimento**, o **número do banco, da agência e da conta corrente** onde deseja receber seu crédito.

9.2. A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no **item 9.1 deste termo**, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

9.3. Se o objeto não for entregue conforme especificações e quantidades estabelecidas na autorização de fornecimento, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

9.4. Quando das efetivações dos pagamentos o licitante adjudicado e contratada deverá obrigatoriamente apresentar os comprovantes de regularidade com o INSS, FGTS e CNDT.

9.5. O vencedor deverá estar com a mesma regularidade no dia do pagamento, sob pena de não receber o crédito que lhe for de direito, até a respectiva regularização.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Fica designado o servidor **Jeberson Burato dos Santos, Secretário de obras e viação**, pela gestão do contrato e pela fiscalização e observância das exigências do edital e seus anexos.

10.2. O(s) servidor(es) acima mencionado terá autonomia para receber o objeto licitado entregue corretamente, ou para rejeitar quaisquer itens que estejam em desconformidade com a Ordem de Compra.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 1% (um por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado, sendo considerado inexecução parcial do contrato.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total;



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

11.2.3. suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

11.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.4. As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11.6. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, inclusive durante todo o prazo de validade/garantia dos produtos/serviços fornecidos.

12. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1. Os preços estimados constantes no início deste termo serão considerados como sendo preços máximos para cada item/lote ou global (conforme o caso).

12.2. Qualquer valor ofertado que seja superior ao preço máximo, por item/lote ou global (conforme o caso), não será aceito e será causa de desclassificação da proposta apresentada.

13. VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

13.1. O valor máximo estimado para a contratação do presente certame é o constante no início deste termo.

Treze de Maio / SC, **08 de julho** de 2022.

Jailso Bardini
Prefeito Municipal



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

ANEXO II HABILITAÇÃO

1. DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Os documentos apresentados **deverão estar em plena validade para a data do certame.**

1.1.1. Sob pena de inabilitação, se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

1.2. A Microempresa – ME ou a Empresa de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

1.3. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da **regularidade fiscal** das ME/EPP, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP ou equiparada for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

1.3.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 1.3**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.4. Os documentos apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de **90 (noventa) dias** contados a partir da data de sua emissão. Estão excluídos da presunção deste item, os atestados de capacidade técnica ou responsabilidade técnica e aqueles documentos que por sua natureza sejam incompatíveis com exigência de prazo de validade.

1.5. Documentos assinados por representante legal **não participante do quadro societário** deverão sempre ser apresentados em conjunto com procuração, podendo ser apenas procuração simples, já que o próprio pregoeiro fará a verificação das assinaturas constantes no documento de constituição do licitante.

1.6. O licitante é o único responsável pelos documentos apresentados para sua participação neste certame licitatório, por isso, responde civil, administrativa e criminalmente pela fidedignidade e exatidão de todos os documentos apresentados.

1.7. Para a habilitação exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

- 1.7.1. habilitação jurídica;
- 1.7.2. regularidade fiscal e trabalhista;
- 1.7.3. qualificação econômico-financeira;
- 1.7.4. qualificação técnica;
- 1.7.5. declarações.

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

2.6. Os documentos de constituição do licitante que forem apresentados deverão ser os que estão vigentes na data da seção.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

2.7. **Documento de identidade** em que conste a assinatura dos sócios e dos procuradores/credenciados, caso assinem qualquer documento emitido pelo licitante de forma manuscrita.

2.7.1. Caso os documentos emitidos pelo licitante sejam assinados com certificado digital não se faz necessária a apresentação de documento de identidade.

2.8. Os licitantes que invocarem a condição de **microempresas ou empresas de pequeno porte** para fins de exercício dos benefícios de que trata a **LC 123/2006**, deverão apresentar para comprovação de tal condição, declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo constante na declaração unificada **ANEXO III** deste edital (caso o licitante tenha marcado a opção de ME/EPP no sistema durante o credenciamento e não apresentar a declaração poderá ser inabilitada, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis).

3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ("Cartão CNPJ" emitido pela receita federal), comprovando o licitante estar estabelecido para execução do objeto licitado;

3.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, relativo à sede do licitante, através de Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal, relativo a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e dos Encargos Sociais instituídos por lei.

3.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, relativo à sede do licitante, (Certidão de Débitos Tributários).

3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativo à sede do licitante;

3.5. Prova de regularidade para com o **FGTS**, através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, com validade em vigor, demonstrando situação regular quanto aos recolhimentos, ou, se não for empregador e não apresentar a certidão, deverá apresentar declaração nestes termos;

3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**.

4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

4.1. Apresentar **certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial**, expedida tanto pelo sistema **"E-PROC" quanto pelo sistema "E-SAJ"** do Poder Judiciário de Santa Catarina no caso de licitantes sediados em Santa Catarina, caso contrário não terão validade. Licitantes de outros estados apresentarão a referida certidão de acordo com o Tribunal de Justiça ou cartório distribuidor correspondente ao seu Estado.

4.1.2. Links para obtenção das negativas para licitantes sediados em **SANTA CATARINA:**

4.1.2.1. Sistema "E-SAJ" - <http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> ;

4.1.2.2. Sistema "E-PROC" - <https://certeproc1g.tjsc.jus.br/> .

4.4.2.3. Caso os links estejam desatualizados, cabe ao licitante procurar no site do TJ/SC.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.1. Anexar catálogo, folhetos técnicos ou páginas da web oficiais com informações detalhadas sobre o produto ofertado, de forma que se consiga verificar os cumprimentos das exigências técnicas constantes no termo de referência.

5.1.2. Comprovação de assistência técnica autorizada da marca até uma distância de 50 km de distância a partir da garagem municipal (Rua Otávio Rechia, Centro, Treze de Maio / SC, CEP: 88.710-000), considerando-se o menor percurso por vias de deslocamento terrestre (estradas, ruas, etc), prestada por empresas credenciadas ao fabricante dos veículos, mediante prospecto, site de Internet ou outros meios. Para comprovação da distância será válido, por exemplo, impressão retirada de mapas online, como google maps ou here maps.

6. DAS DECLARAÇÕES

6.1. **Apresentar DECLARAÇÃO UNIFICADA** conforme modelo constante no **ANEXO III**.

6.2. O licitante poderá fazer as declarações separadamente, desde que contenha todo o exigido na **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, porém recomenda-se o uso da **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, uma vez que o licitante não corre o risco de esquecer de declarar algo exigido.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

6.3. Algumas das declarações referentes as exigências da **qualificação técnica** podem não estar constantes no modelo de **DECLARAÇÃO UNIFICADA** e, caso não estejam, precisam ser **declaradas separadamente**.

7. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ANEXAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SISTEMA:

7.1. Toda a documentação do certame deverá ser anexada no sistema em campo próprio correspondente ao nome de cada documento, de preferência nos campos corretos, por exemplo : Se constar o item “**Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)**” no sistema, o licitante deverá anexar neste campo o seu contrato social ou documento equivalente.

7.2. O sistema é limitado aos documentos lá existentes, sendo assim o município não pode “criar” documentos com o nome que desejar.

7.2.2. Para efeitos de julgamento será considerado o exigido no **EDITAL**, os nomes de documentos constantes no sistema são apenas referência para ajudar o licitante a não esquecer de anexar documentos.

7.2.3. Caso qualquer documento exigido no edital não conste na lista do sistema, ou mesmo o licitante tenha alguma dúvida, pois o nome no sistema não coincide exatamente ao que foi exigido no edital, o documento deverá ser anexado no item “**Outros documentos**”.

7.2.4. Caso o sistema limite o upload de **apenas um arquivo** e o licitante precise anexar mais de um no mesmo campo, basta compactá-los todos juntos, formando apenas um arquivo e assim fazer o upload ou então utilizar softwares que juntem vários arquivos em um único arquivo pdf, por exemplo o site <https://www.ilovepdf.com/pt>.

7.3. Após a data/hora limite para apresentação das propostas (constante no preâmbulo do edital) o sistema **não permitirá mais a anexação de novos documentos**, então os documentos complementares, caso solicitados pelo pregoeiro ou equipe de apoio deverão ser colocados no item “**Documentos Complementares (Pós disputa)**”.

7.3.1. Documentos anexados no item “**Documentos Complementares (Pós disputa)**” **somente** terão validade quando solicitados pelo pregoeiro ou equipe de apoio, do contrário os documentos lá existentes **não serão considerados no julgamento do certame**.

Treze de Maio / SC, 08 de julho de 2022.

Jailso Bardini
Prefeito Municipal



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao pregoeiro e equipe de apoio.
Município de Treze de Maio/SC.
Pregão nº XX/20XX.

Pelo presente instrumento, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede à **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações**, bem como inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

**Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.*

1. Declaramos, para os fins do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2. Declaramos, para os devidos fins que até a presente data inexistem fatos **supervenientes impeditivos para habilitação** no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3. Declaramos, para os fins que a empresa **não foi declarada inidônea** por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4. Declaramos, para os devidos fins que não possuímos entre os sócios, dirigentes ou administradores, **nenhum servidor ou dirigente do Município de Treze de Maio / SC (Prefeitura Municipal)**, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5. Declaramos, para os devidos fins que **preenchemos plenamente os requisitos de habilitação** estabelecidos no presente ato convocatório, podendo responder administrativa, civil e criminalmente pela fidelidade das informações e documentos apresentados.

6. Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas**.

7. Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Portador(a) do CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cuja função/cargo é **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do instrumento de contrato ou documento equivalente**, caso sejamos vencedores do certame.

8. Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o contrato ou documento equivalente** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone: (XX) XXXXXXXXX

Poderá ser enviado para assinatura utilizando certificado digital: () Sim () Não



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

9. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Setor de Compras deste município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução do objeto proposto. Sendo isto o que havia a declarar.

Treze de Maio / SC, XX de XXXXXXXX de 2022.

Assinatura do Representante legal
(Nome Legível/Cargo)



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX/2022

Aos XXXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2022, o **Município de Treze de Maio / SC**, situado à **Avenida 7 de Setembro nº 20**, inscrito no CNPJ sob o nº **82.928.672/0001-26**, através do senhor **Prefeito Municipal, Jailso Bardini**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº **016.187.549-12**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representado por XXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato decorrente do **Processo de Licitação nº 45/2022, Pregão Eletrônico 017/2022**, homologado em XXXXXXXXXXXXXXXX, e mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, ao Edital e seus anexos independente de transcrição, à proposta e às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1. **Aquisição de 1 (um) caminhão com caçamba basculante, novo, para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e viação.**

Cláusula Segunda – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato vigorará da data de sua assinatura até **31/12/2022**, ou até esgotar a quantidade especificada nos itens licitados.

2.2. A vigência poderá ser prorrogada nos termos da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais, sendo que nas renovações **anuais**, o índice para reajuste de preços será o **INPC/IBGE** acumulado no período ou, no caso de extinção deste índice, o que vier a substituí-lo.

Cláusula Terceira – DO PREÇO

3.1. O preço global para os itens citados no seu objeto, na qual a **CONTRATADA** foi vencedora da licitação é de **R\$ XXXXXXXX (XXX)**.

3.2. O valor acima refere-se a uma estimativa de consumo, sendo que poderá não ser utilizado na íntegra para entregas parceladas, se for o caso.

3.3. O preço contratado não poderá ser reajustado antes de decorridos **12 (doze) meses** de sua vigência.

3.4. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, prevista no art. 65, inciso II, alínea "d" da lei 8.666/93, somente será concedida se devidamente comprovada a variação de preços e após análise da administração, num prazo de **até 15 dias**.

3.4.1. Apenas notas fiscais de fornecedores da contratada não garantem o direito à solicitação requerida, todavia contribuem para demonstrar o impacto. Assim sendo, o fornecedor deverá trazer justificativas suficientes para demonstrar o fator de desequilíbrio. A caracterização do desequilíbrio "deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato." Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara.

3.4.2. Em outros termos, para demonstrar uma situação de desequilíbrio é necessário recorrer às notícias na mídia, aos pareceres de especialistas no setor impactado e qualquer outro documento ou fonte que permita comparar a situação habitual com a excepcional.

3.4.3. Se a solicitação for realizada **APÓS** a emissão da autorização de fornecimento/empenho, o preço realinhado, caso aprovado, somente vigorará a partir das próximas autorizações/empenhos.

Cláusula Quarta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Rubrica Orçamentária	Cód.	Tipo
06.02.1.013.4.4.90.52.00.00.00.00.0.01.89	240	Equipamentos

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

DA CONTRATADA:

- 5.1. Proceder a entrega do objeto dentro das condições e preços ajustados em sua proposta e nos prazos previstos no procedimento licitatório;
- 5.2. Encaminhar a Nota Fiscal no ato da entrega do objeto a fim de efetivação do pagamento devido;
- 5.3. Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 5.4. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Treze de Maio;
- 5.5. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Município de Treze de Maio / SC.
- 5.6. Informar o município qualquer alteração no número de telefone, fax, endereço e/ou e-mail para contato.
- 5.7. Executar as entregas de materiais/serviços obedecendo todo o exigido no edital de licitação, sobretudo em seu termo de referência.

DA CONTRATANTE:

- 5.8. Convocar o licitante vencedor, para assinar termo de contrato ou documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;
- 5.9. Fornecer à empresa a ser contratada, bem como aos empregados responsáveis pela entrega do objeto, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;
- 5.10. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital;
- 5.11. Notificar por escrito, à empresa a ser contratada, toda e qualquer irregularidade constatada no recebimento do objeto;
- 5.12. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.13. Providenciar as publicações legais exigidas em lei para todos os atos referentes ao processo licitatório.

Cláusula Sexta - LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

- 6.1. Os pedidos serão realizados pelo Município através da secretaria responsável por meio de **Autorização de Fornecimento - AF**, cuja emissão se dará conforme a necessidade, **encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor**.
- 6.2. A entrega do objeto deste edital deverá ser feita no prazo máximo de **90 (noventa) dias** a partir da data de recebimento da autorização de fornecimento, **na garagem municipal, sito à Rua Otávio Rechia, S/N, Centro, Treze de Maio / SC, CEP: 88.710-000 (ao lado do posto de saúde)**.
- 6.3. Todos os materiais/serviços deverão ser entregues/realizados **DURANTE A SEMANA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA**, durante o período de expediente, salvo quando autorizado previamente pela secretaria solicitante entrega em horário distinto.
- 6.4. Caso as especificações dos materiais/serviços entregues não sejam compatíveis com as constantes no Edital ou com as amostras apresentadas (se solicitada), a empresa terá o prazo máximo de **7 (sete) dias** para reparação das incorreções. Continuando a apresentar materiais/serviços que não estejam em conformidade, ou não realizar a retificação no tempo referido, com as especificações previstas no Termo de Referência do Edital, o fato será considerado como inexecução total, gerando rescisão da contratação com a consequente aplicação das penalidades previstas em lei e no edital.
- 6.5. Na hipótese do **Item 6.4** deste termo, é facultada à administração convocar o licitante classificado em segundo lugar para, se quiser, fornecer os bens pelo preço do primeira colocado.
- 6.6. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem incorreções.

Cláusula Sétima – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

7.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, por crédito bancário, devendo o licitante vencedor constar na nota fiscal correspondente, **número da autorização de fornecimento**, o **número do banco, da agência e da conta corrente** onde deseja receber seu crédito.

7.2. A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no **item 7.1 deste termo**, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.3. Se o objeto não for entregue conforme especificações e quantidades estabelecidas na autorização de fornecimento, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

7.4. Quando das efetivações dos pagamentos o licitante adjudicado e contratada deverá obrigatoriamente apresentar os comprovantes de regularidade com o INSS, FGTS e CNDT.

7.5. A empresa vencedora deverá estar com a mesma regularidade no dia do pagamento, sob pena de não receber o crédito que lhe for de direito, até a respectiva regularização.

Cláusula Oitava – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Fica designado o servidor **Jeberson Burato dos Santos, Secretário de obras e viação**, pela gestão do contrato e pela fiscalização e observância das exigências do edital e seus anexos.

8.2. O(s) servidor(es) acima mencionado terá autonomia para receber o objeto licitado entregue corretamente, ou para rejeitar quaisquer itens que estejam em desconformidade com a Ordem de Compra.

Cláusula Nona – DAS SANÇÕES

9.1. Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 1% (um por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado, sendo considerado inexecução parcial do contrato.

9.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total;

9.2.3. suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

9.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.4. As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

9.6. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, inclusive durante todo o prazo de validade/garantia dos produtos/serviços fornecidos.

Cláusula Décima – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93.

10.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

10.1.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela administração com as consequências previstas na cláusula referente às sanções.



Município de Treze de Maio Estado de Santa Catarina

10.1.4. Constituem motivos para rescisões os previstos no art. 78 da Lei Federal 8.666/93.

10.1.5. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido até o momento da rescisão.

10.1.6. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro de Jaguaruna, para dirimir questões oriundas deste contrato não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor na presença de testemunhas abaixo qualificados.

Treze de Maio, **XXX** de **XXXXXXXXXXXXXXX** de 2022.

CONTRATANTE
Jailso Bardini
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXXXXX

Nome: XXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXXXXX